



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

**PROCESSO Nº 1810/2013-F**

**ÓRGÃO: Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer**

**ASSUNTO: Auditoria Integrada**

EMENTA: Auditoria Integrada nº 1.2007.13 para verificar a regularidade das despesas e os resultados da gestão dos Centros Olímpicos do Distrito Federal, através de convênios firmados entre a então Secretaria de Estado de Esporte do DF e as entidades sem fins lucrativos: Fundação Assis Chateaubriand – FAC; Centro de Tradições Nordestinas – CTN; Instituto Amigos do Volei – IAV; Instituto de Livre Iniciativa Social – LINS; Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte – IDECACE. Decisão nº 183/2014. Achados de auditoria. Encaminhamento do Relatório Prévio de Auditoria à jurisdicionada. Relatório Final de Auditoria: ratificação dos achados de auditoria. Decisão nº 1904/2016. Determinações à jurisdicionada. Abertura de prazo para manifestação das entidades convenientes. Realização de sustentação oral por parte da FAC. Decisão nº 5069/2018. Cumprimento parcial de diligência. Continuidade do monitoramento das demais medidas determinadas pela Corte. Procedência dos esclarecimentos apresentados pelo IAV. Juntada de novos documentos pela FAC. Retorno dos autos ao corpo técnico para análise complementar. Nesta fase, exame das medidas adotadas e dos esclarecimentos apresentados. A unidade técnica, considerando parcialmente atendida a deliberação plenária, sugere: (i) a expedição de determinações à jurisdicionada; (ii) a procedência dos esclarecimentos apresentados pelo Instituto Amigos do Volei – IAV; (iii) improcedência dos esclarecimentos ofertados pela Fundação Assis Chateaubriand – FAC; (iv) determinação de abertura de tomada de contas especial, (v) chamamento em audiência dos responsáveis que indica. Parecer convergente com adendo pelo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

chamamento em audiência de outros responsáveis. Voto pelo acolhimento da manifestação da unidade técnica, com os acréscimos propostos pelo Ministério Público e os ajustes que faço.

## **RELATÓRIO**

Tratam os autos de Auditoria Integrada nº 1.2007.13, realizada na então Secretaria de Esporte do DF (SESP), órgão da Administração Pública Direta do Governo do Distrito Federal, para verificar a regularidade e os resultados da gestão dos Centros Olímpicos do Distrito Federal, cuja operacionalização ocorre por meio de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

O funcionamento do Programa Centros Olímpicos foi assim descrito pela unidade técnica:

*O Programa Centros Olímpicos do Distrito Federal é desenvolvido pela Secretaria de Estado do Esporte do DF em parcerias, por meio de convênios, com entidades privadas sem fins lucrativos responsáveis pela operacionalização dos centros esportivos.*

*Seu objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida e fortalecer valores, com foco na política pública de inclusão social por meio do esporte, oferecendo às crianças e adolescentes atividades sócio recreativas, esportivas e de lazer.*

*Até 2011, os Centros Olímpicos eram geridos por meio de contratos de gestão, com base na Lei distrital nº 4.081/08, no entanto, tendo em conta que a declaração de inconstitucionalidade da referida Lei no tocante à área de esportes, os ajustes foram encerrados e posteriormente celebrados por meio de convênios com entidades sem fins lucrativos.*

*Em 2013, o GDF mantinha nove Centros Olímpicos em funcionamento, instalados em Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. Após a realização desta fiscalização foram inaugurados os Centros Olímpicos do Setor “O” e Sobradinho.*

*Os Centros são operacionalizados pela Fundação Assis Chateaubriand – FAC; Centro de Tradições Nordestinas – CTN; Instituto Amigos do Vôlei – IAV; Instituto de Livre Iniciativa Social – LINS; Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte – IDECACE.*

*A estrutura básica do Centro Olímpico é composta de: prédio de administração, ginásio coberto, quadra polivalente coberta, quadra polivalente descoberta, quadra tênis, parque aquático, pista de atletismo, campo de futebol society, playground, campo de areia e vestiários, e oferece aos usuários aulas de futebol, natação, iniciação esportiva, ginástica artística entre outras modalidades, além de eventos especiais em datas comemorativas, a exemplo do dia da criança, dia da leitura, entre outros.*

*Os Centros são operacionalizados pela Fundação Assis Chateaubriand – FAC; Centro de Tradições Nordestinas – CTN; Instituto Amigos do Vôlei – IAV; Instituto de Livre Iniciativa Social – LINS; Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte – IDECACE.*

O objetivo geral dos trabalhos, segundo a equipe de auditoria, foi analisar a regularidade das despesas e os resultados da gestão dos Centros Olímpicos do Distrito Federal.

Já os objetivos específicos foram divididos em quatro questões de auditoria:

Questão 01: A seleção das entidades, a execução dos convênios e as prestações de contas atendem a legislação? Questão 02: A SESP possui objetivos, metas e indicadores que permitem o acompanhamento da gestão e dos resultados alcançados pelos Centros Olímpicos?

Questão 03: As ações de manutenção garantem as boas condições de uso das instalações esportivas?



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Questão 04: Os Centros Esportivos oferecem segurança e acessibilidade aos usuários?

Inicialmente, mediante a Decisão nº 183/2014, a Corte autorizou o encaminhamento à então Secretaria de Estado de Esporte de cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria nº 1.2007.13 (fls. 68/126), para conhecimento e manifestação, quanto aos achados, critérios, evidências, causas e efeitos, anexando, em caso de discordância, a documentação comprobatória, dando conhecimento às entidades conveniadas.

Na fase anterior, após examinar as respostas da jurisdicionada, o corpo instrutivo ratificou as seguintes constatações:

- falhas nos procedimentos adotados para a seleção das entidades convenientes, principalmente pela ausência de análise técnico-financeira dos custos envolvidos nos Planos de Trabalho, definição de prazos inexecutáveis para a apresentação das propostas e celebração de convênio com entidade sem experiência e com objeto social incompatível com o do convênio.
- falhas no controle e distribuição de uniformes e materiais esportivos, nos gastos com publicidade e no repasse de recursos para entidade inadimplente.
- acerca das prestações de contas, foram verificadas irregularidades relacionadas, principalmente, com: a) direcionamento na escolha de fornecedores pelas convenientes; b) apresentação de notas fiscais genéricas, sem detalhamento de gastos; c) superfaturamento de preços de revistas em quadrinhos (gibis) e de pesquisa de satisfação.
- não estabelecimento de indicadores e metas específicas para aferição dos resultados do Programa, tornando impossível a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

averiguação do cumprimento de seu objetivo, assim como sua eficácia e efetividade.

- ausência de periodicidade definida para a manutenção nos Centros Olímpicos não tem periodicidade definida, assim como não há planejamento prévio, sendo a sistemática de manutenção pouco efetiva.
- necessidade de maior preocupação com presença dos salva-vidas na área das piscinas, necessidade de adaptação em algumas instalações, e ainda, de melhoria das condições de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Por meio da Decisão nº 1904/2016, o Tribunal resolveu:

*I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Auditoria, de fls. 181/292; b) dos documentos acostados às fls. 150/159 e anexo II; II – determinar à Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal que: a) dote a Unidade de Controle Interno com quantitativo adequado de recursos humanos, de modo a garantir o cumprimento das obrigações previstas no Decreto nº 34.195/13, em especial, no tocante ao acompanhamento dos recursos transferidos a entidades privadas, mantendo arquivado cópia dos pareceres com as medidas propostas para resguardar o patrimônio público; b) estabeleça, no processo de chamamento público, prazo mínimo de 8 dias úteis entre a publicação do edital de chamamento e a entrega dos planos de trabalho, visando garantir a isonomia na seleção (Achado 1); c) exija, caso promova a avaliação do corpo gerencial em editais de chamamento público, que os profissionais façam parte da diretoria da entidade e que participem efetivamente da execução do projeto, em face da natureza intuitu personae do ajuste (Achado 5); d) avalie as ações contempladas nos planos de trabalho propostos pelas entidades parceiras e adote medidas para garantir a eficiência na aplicação dos recursos, em especial, no tocante aos gastos com anúncios para contratação de pessoal (Achado 6); e) implemente rotinas sistematizadas de inspeção periódica da infraestrutura dos Centros Olímpicos, de modo a identificar as demandas prioritárias; (Achado 11); f) elabore e implemente um plano de manutenção preventivo e corretivo de todas as instalações esportivas destinadas ao projeto Centros Olímpicos, visando à segurança dos usuários*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*e à adequada conservação do patrimônio público; (Achado 11); g) avalie previamente à construção e inauguração de novas unidades dos Centros Olímpicos a existência de recursos orçamentários-financeiros suficientes para garantir a adequação conservação do patrimônio público (Achado 11); h) adote procedimentos para ampliar e permitir o uso seguro das piscinas dos centros esportivos, tais como colocação de plataformas ou reformas para adequação da profundidade da piscina (Achado 12); i) proceda à fiscalização periódica da execução dos serviços de convênios, em especial da frequência dos funcionários responsáveis pela segurança dos usuários das piscinas, de forma a verificar o cumprimento das obrigações da conveniente (Achado 12); j) solicite às convenientes que orientem os profissionais contratados quanto à necessidade de vigilância ampla e irrestrita das piscinas durante o horário de funcionamento do Centro Olímpico (Achado 12); k) adote medidas para a realização de vistorias nos Centros Olímpicos pelo Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, de modo a obter Autorização de Funcionamento e Laudos de Vistorias das instalações (Achado 12); l) providencie as alterações necessárias para a adequação das instalações dos Centros Olímpicos às normas de acessibilidade, garantindo o acesso à população portadora de deficiência (Achado 13); m) implemente indicadores gerenciais que permitam o monitoramento e avaliação dos objetivos, metas e resultados do Projeto Centros Olímpicos, de modo a propiciar o adequado gerenciamento da política pública e permitir a correção e aperfeiçoamento do programa (Achado 9); n) adote medidas com vistas a garantir um controle fidedigno acerca do quantitativo de alunos matriculados nos Centros Olímpicos, de modo a permitir o adequado monitoramento e avaliação dos programa, bem como o gerenciamento dos custos envolvidos em cada uma das parcerias (Achado 10); III – determinar, ainda, à Secretaria de Estado do Esporte do Distrito Federal que, doravante: a) avalie a adequação dos quantitativos e dos custos propostos nos planos de trabalhos apresentados pelas entidades da sociedade civil, fazendo constar dos autos o parecer técnico (Achado 3); b) estabeleça nas parcerias voluntárias entre a administração pública e entidades da sociedade civil formas de controle para o recebimento, guarda e distribuição de uniformes e materiais esportivos, adquiridos ou não por intermédio da referida parceria (Achado 7); c) no exame das prestações de contas das parcerias celebradas, não sejam aceitas notas fiscais com discriminação genérica ou sem detalhamento dos gastos, a fim de assegurar a transparência e o controle dos recursos públicos (Achado 8); d) exija das entidades parceiras a comprovação de que as despesas realizadas estão compatíveis com os preços praticados pelo mercado (Achado 8); e) proíba*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*que entidades parceiras realizem contratação direta de empresas controladas pelo mesmo grupo empresarial, uma vez que tal procedimento não encontra amparo legal (Achado 8); f) avalie, nas prestações de contas parciais, se o quantitativo de alunos atendidos pelas entidades parceiras está compatível com o previsto nos planos de trabalho e com os registros da SESP, reavaliando, em caso de divergências, os gastos com materiais e serviços que são proporcionais ao número de usuários, a exemplo de cursos, materiais e uniformes (Achado 10); IV – determinar à SESP, ainda, que, no prazo de 90 (noventa dias), elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação, conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório Final de Auditoria, com o objetivo de implantar as medidas descritas nos itens II.e, II.f, II.h, II.k, II.l, II.m e II.n supra contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando prazo e a unidade/setor responsável pela implementação (Achados 9, 10, 11, 12 e 13); V – alertar a Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal que observe as disposições da Lei nº 13.019/14, que estabelece o novo regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, que trouxe novos procedimentos para a celebração de “convênio”, doravante denominado “Termo de Colaboração” ou “Termo de Fomento”, em especial no tocante à: a) obrigatoriedade de: i) o gestor, previamente à celebração dos ajustes, avaliar a capacidade operacional de o órgão manter uma estrutura de controle adequada para seleção e fiscalização dos ajustes (art. 8º); ii) realização de chamamento público para seleção das entidades sem fins lucrativos (art. 24) (Achado 1); iii) o edital de chamamento especificar, dentre outros, os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso (art. 24, § 1º, V) (Achado 2); iv) constar do plano de trabalho elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza (art. 22, V) (Achado 3); v) aprovação do plano de trabalho pela administração para celebração de novos ajustes (art. 35, IV – (Achado 3); vi) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da entidade privada foram avaliados pela administração e são compatíveis com o objeto do ajuste (arts. 35, III, e 24, VII – (Achado 4); vii) que o plano de trabalho contenha diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*atingidas (art. 22, I – (Achado 6); viii) a organização da sociedade civil possuir regulamento de compras e contratações, próprio ou de terceiro, aprovado pela administração pública celebrante, em que se estabelecer, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como utilizar um sistema eletrônico que permita aos interessados formular propostas e processar as compras e contratações (arts. 34, VIII, e 43) (Achado 8); b) inclusão no rol de atos de improbidade administrativa, dentre outros, da conduta de “celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.” (art. 77, XVIII)(Achado 4 e 8); c) inclusão no rol de atos de improbidade administrativa, dentre outros, da conduta de “agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise de prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.” (art. 77, XX) (Achado 8); d) descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto (art. 22, II) (Achado 9); e) determinação do prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas (art. 22, III); f) definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas (Achado 9); VI – com fulcro na Decisão Normativa nº 03/2011, autorizar o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria e do Parecer nº 294/2015-DA à Fundação Assis Chateaubriand – FAC, ao Centro de Tradições Nordestinas – CTN, ao Instituto Amigos do Vôlei – IAV, ao Instituto de Livre Iniciativa Social – LINS e ao Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte – IDECACE, facultando-lhes a apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, dos esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca das constatações contidas nos referidos documentos; VII – informar à Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer que esta Corte possui imagens de parte dos documentos faltantes do Processo GDF nº 220.001.004/2011, que poderá contribuir para a reconstituição do referido processo e para a continuidade do processo de tomada de contas especial (Achado 4); VIII – dar ciência do Relatório Final de Auditoria, do Parecer nº 294/2015-DA e do relatório/voto do Relator à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, facultando-lhe a apresentação de esclarecimentos adicionais no prazo de 30 (trinta) dias acerca dos achados*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*de auditoria e dos acréscimos apresentados pelo Ministério Público; IX – autorizar: a) o arquivamento dos Processos em apenso n°s 30.950/2012, 33.032/2011 e 8.296/2013; b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para adoção das providências de praxe.*

Na mais recente deliberação, ao examinar as manifestações da jurisdicionada<sup>1</sup> e das entidades Fundação Assis Chateaubriand e Instituto Amigos do Vôlei<sup>2</sup>, a Corte, mediante a Decisão nº 5069/2018, resolveu:

*I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 07/2017-DIAUD2 e dos Ofícios 592/2016SESP, 119/2017-SETUL/DF e 422/2017-PRODEP/MPDFT (e- DOCS BE25D37C, D2FEAC8E e 5CA54ED2); b) das informações prestadas pela Fundação Assis Chateaubriand (e-DOCS F540B2BC, 6230E66, 2FB92EAC, EA6D47DE e Anexos VII e VII – e pelo Instituto Amigos do Vôlei (e-DOC 8F940B65 e); II – tomar conhecimento das medidas informadas pela Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal relacionadas aos itens “II.a”, “II.d”, “II.e”, “II.f”, “II.g”, “II.h”, “II.i”, “II.k”, “II.l”, “II.m”, “II.n”, “III.a”, “III.b”, “III.c”, “III.d”, “III.e”, “III.f” e “IV” da Decisão 1904/2016, alertando o titular da Pasta que a efetividade das medidas será objeto de monitoramento por esta Corte; III – considerar atendidos os itens “II.b”, “II.c”, “II.j” e “IV” da Decisão 1904/2016; IV – considerar suficientes as justificativas apresentadas pelo Instituto Amigos do Vôlei, uma vez que a irregularidade tratada no Achado 08 foi absorvida por recursos próprios da entidade, decorrentes da contrapartida; V – determinar o retorno dos autos ao corpo técnico para exame dos documentos novos apresentados pela Fundação Assis Chateaubriand (eDOCS 2FB92EAC e EA6D47DE, e Anexos VII e VII); VI – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 07/2017-DIAUD2, do relatório/voto do Relator e desta decisão aos titulares da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal e aos representantes das entidades Fundação Assis Chateaubriand – FAC, Centro de Tradições Nordestinas – CTN, Instituto Amigos do Vôlei – IAV, Instituto de Livre Iniciativa Social – LINS e Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte – IDECACE; b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para os procedimentos pertinentes.*

<sup>1</sup> Ofícios nº 592, de 03/11/2016, (fls.434/441, e-DOC BE25D37C, peça 81) e nº 119, de 15/02/2017 (fl. 442, e-DOC D2FEAC8E, peça 85).

<sup>2</sup> Documentos constantes dos e-DOCS F540B2BC (fls. 405/415), 62320E66 (fls. 424/433) e 8F940B65 (fls. 443/464) - (peças 69, 80 e 84).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Nesta fase, após examinar a manifestação complementar da Fundação Assis Chateaubriand – FAC, a unidade técnica, ratificando o anterior posicionamento, apresentou as seguintes conclusões e sugestões:

143. *Nesta fase processual, foram examinados os documentos apresentados pela Fundação Assis Chateaubriand (eDOCs 2FB92EAC<sup>3</sup> e EA6D47DE<sup>4</sup>, e Anexos VII e VIII<sup>5</sup>) em atendimento ao item V da Decisão 5069/2018.*

144. *No documento de e-DOC 2FB92EAC (Peça 103) há cópias de relatórios de planejamento e de execução de eventos, além de termos de referência e imagens das atividades que teriam sido realizadas pela FAC. Esses documentos apenas descrevem despesas que estariam subentendidas nas notas fiscais genéricas que constam do Quadro 24 do Relatório de Auditoria.*

145. *Dentre as irregularidades comuns, em todos os documentos apresentados, destacam-se: as descrições não permitem individualizar os custos de cada item, não há comprovação de que os bens adquiridos e os serviços prestados foram efetivamente realizados nos quantitativos e especificidades que constam dos documentos enviados, não há comprovação de que os preços praticados estão compatíveis com os valores de mercado, não há comprovação da realização de procedimento de escolha de fornecedores similar ao estabelecido na Lei 8666/93, não há contratos nem notas fiscais relativos a serviços subcontratados, não há recibo dos pagamentos realizados a pessoas físicas, não há comprovação da retenção de tributos.*

146. *Com relação ao eDOC EA6D47DE (Peça 128), que trata do Memorial enviado pelo Representante da FAC, constatou-se que as justificativas foram insuficientes para comprovar ausências de irregularidades relacionadas aos seguintes itens: a) direcionamento na escolha de fornecedores; b) notas fiscais genéricas ( sem detalhamento de gastos); c) pagamento em duplicidade; d) superfaturamento no preço dos gibis; e) superfaturamento de preços e impropriedades técnicas nos serviços de “Pesquisa de Satisfação”.*

---

<sup>3</sup> Peça 103

<sup>4</sup> Peça 128

<sup>5</sup> As informações constantes dos Anexos VII e VIII foram consolidadas no Quadro que consta do PT25 (fls.663/678), associado a estes autos. Referidos anexos foram acompanhados por 14 (quatorze) CDs, cujas cópias foram associadas ao Sistema eTCDF (PT 26 a PT 66).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

147. *Quanto ao Parecer Técnico enviado aos autos para fins de comprovação da regularidade do item que trata do superfaturamento de preços e impropriedades técnicas nos serviços de “Pesquisa de Satisfação”, constatou-se que o documento evidencia que a FAC recebeu cotações de duas empresas cujos serviços propostos eram totalmente incompatíveis com as obrigações assumidas pela entidade no Convênio, portanto, inservíveis para comprovar a compatibilidade com o mercado da contratação efetuada com a DATASTORE.*

148. *Ante o exposto, após análise detalhada de toda a documentação enviada, conclui-se que não permitem alterar o encaminhamento proposto na Informação 07/2017 (itens IV, VI, VII). Na verdade, os documentos enviados corroboram e enrijecem as irregularidades até então tratadas nestes autos.*

149. *Nesse sentido, sugere-se à Corte deliberação acerca das análises e proposições pendentes de exame no âmbito da Informação 07/2017\_DIAUD2 (eDOC 7C2E9BCC), as quais encontram-se reapresentadas nesta Informação.*

150. *Importante destacar que as peças ora apresentadas pelo Representante da FAC não demonstram qualquer inovação em relação às anteriores que já foram objeto de análise detalhada no âmbito da Informação 07/2017\_DIAUD2. Portanto, para evitar repetição de atos processuais, tendo em vista que do exame da extensa documentação encaminhada aos autos pela FAC já se obtiveram elementos suficientes para justificar a instauração do devido processo de Tomada de Contas Especial, sugere-se ao Tribunal declarar preclusão consumativa de manifestação da FAC nesta fase processual, em face dos atos processuais repetitivos, até que a Corte delibere quanto ao mérito desta Instrução e dos itens pendentes da Informação 07/2017\_DIAUD2.*

151. *Por fim, foi juntado aos autos o Ofício 1556/2017 – 6ª PRODEP/MPDFT, de 19 de outubro de 2017. No Ofício, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT solicita cópia do Parecer 687/2017 expedido neste processo (fls.657/662).*

**IV. Proposições**

152. *Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:*

- I. *tomar conhecimento desta Informação e do Ofício 1556/2017 – 6ª PRODEP/MPDFT;*
- II. *considerar insuficientes as justificativas apresentadas pela Fundação Assis Chateaubriand para elidir as irregularidades tratadas no Achado 08 do Relatório de Auditoria, que trata de Irregularidades nas*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*prestações de contas dos convênios firmados com a Secretaria de Estado de Esportes do Distrito Federal;*

III. *autorizar a audiência, em autos próprios, dos responsáveis indicados na Tabela 02 do Relatório de Auditoria Integrada (e-DOC CIF28CE1), com fundamento no art. 248, IV, do Regimento Interno, para que apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades ali apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994;*

IV. *determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, em vista do disposto no art. 1º, inciso II, do Decreto nº 37.096/2016, instaure Tomada de Contas Especial para identificação dos responsáveis e a quantificação do prejuízo decorrente das irregularidades na prestação de contas de convênios para gestão dos Centros Olímpicos, tratadas no Achado 8 do Relatório de Auditoria, que apontam notas fiscais genéricas sem detalhamento de gastos; pagamento em duplicidade de serviços; superfaturamento de preços de revistas em quadrinhos (gibis); superfaturamento de preços dos serviços de 'pesquisas de satisfação';*

V. *declarar preclusão consumativa de manifestação pela Fundação Assis Chateaubriand nesta fase processual, em face dos atos processuais repetitivos, até que a Corte delibere quanto ao mérito desta Instrução;*

VI. *autorizar:*

a) *o encaminhamento de cópias desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida aos titulares da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, à 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP/MPDFT e ao representante da entidade Fundação Assis Chateaubriand – FAC;*

b) *o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os procedimentos pertinentes.*

O douto Ministério Público, em parecer do eminente Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima, se manifestou pelo acolhimento das sugestões da unidade técnica, com acréscimos, nestes termos:

15. *Inicialmente, vale registrar que a manifestação da jurisdicionada, bem como das convenientes, inclusive da FAC (eDOCs F540B2BC e 62320E66), foram examinadas detidamente em assentada anterior (Parecer 687/2017, fls. 522/544).*

16. *Todavia, o Tribunal entendeu que outras duas manifestações da Fundação Assis Chateaubriand (e-DOCs 2FB92EAC - peça 103 e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

EA6D47DE - peça 128), protocoladas após a Informação 7/2017 – DIAUD2 e ao Parecer 687/2017 – DA, deveriam ser, também, analisadas.

17. Portanto, na presente fase processual, tendo em vista que já houve a apreciação dos achados de Auditoria em cotejo com as manifestações das entidades e da Secretaria responsável, serão apreciadas somente as novas manifestações apresentadas pela FAC.

**eDOC 2FB92EAC – Documentação referente ao tema “Notas Fiscais Genéricas”**

18. Conforme colocado pela entidade, os documentos teriam o objetivo de justificar as despesas objeto das notas fiscais genéricas listadas no Quadro 24 do Relatório Final de Auditoria (Achado 8 – fls. 238):

| Entidade    | Processo         | Convênio | NF            | Emissão    | Credor                    | Descrição da Despesa   | Valor (R\$)  |
|-------------|------------------|----------|---------------|------------|---------------------------|--|--------------|
| FAC         | 220.000.426/2011 | 02/2011  | 562           | 15/12/2011 | D.A. Logística S/A        | Meta 2, etapa 2.1 Produto 1: Planejamento e realização de seis (6) palestras de 2 horas cada sobre assuntos pertinentes às comunidades, sendo duas (2) no Centro Olímpico de Samambaia, duas (2) no Centro Olímpico de São Sebastião e duas (2) no Centro Olímpico da Ceilândia. | 96.468,18    |
| FAC         | 220.000.426/2011 | 02/2011  | 563           | 15/12/2011 | D.A. Logística S/A        | Meta 3, etapa 3.1 Produto 4: Planejamento e realização das etapas eliminatórias dos Jogos Esportivos Intercentros nos três (3) Centros Olímpicos.  | 422.857,92   |
| FAC         | 220.000.426/2011 | 02/2011  | 564           | 15/12/2011 | D.A. Logística S/A        | Meta 3, etapa 3.1 Produto 5: Planejamento e realização dos Jogos Esportivos Intercentros nos três (3) Centros Olímpicos.   | 211.428,96   |
| FAC         | 220.000.426/2011 | 02/2011  | 569           | 27/12/2011 | D.A. Logística S/A        | Meta 2, etapa 2.1 Produto 3: Planejamento e realização de três (3) palestras de 2 horas cada sobre assunto pertinente às comunidades, sendo uma (1) no Centro Olímpico de Samambaia, uma (1) no Centro Olímpico de São Sebastião e uma (1) no Centro Olímpico da Ceilândia.      | 218.286,97   |
| FAC         | 220.000.426/2011 | 02/2011  | 571           | 27/12/2011 | D.A. Logística S/A        | Meta 3, etapa 3.1 Produto 5: Relatório Final para comprovação com todos os materiais produzidos e utilizados nos Jogos Esportivos InterCentros nos três (3) Centros Olímpicos.   | 211.428,97   |
| FAC         | 220.000.426/2011 | 02/2011  | Contrapartida | 10/10/2011 | S/A Correio Braziliense   | Meta 4. Etapa 4.1. Vila Digital - Produto 3: Atualização de conteúdo dos três centros no mês de janeiro, e manutenção do produto digital.  | 393.700,00   |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 767           | 30/04/2012 | D.A. Logística S/A        | Produto 10, Meta 5. Etapa 1: Implantação de projeto pedagógico e socioeducativo nos Centros Esportivos de Samambaia, São Sebastião, Ceilândia - Parque Vaquejada e Riacho Fundo I.   | 135.056,12   |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 816           | 31/05/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj Esporte e Cidadania Prod 11, Mt 5 Et 1. Planejamento do Festival Esportivo, fase final com toda estrutura do evento nos quatro Centros Esportivos.  | 80.796,72    |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 849           | 26/06/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj Esporte e Cidadania Prod 19, Mt 9 - Et 1 Planejamento e realização do Circuito de experimentação esportiva nos quatro (4) Centros Olímpicos.  | 23.432,06    |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 848           | 26/06/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj Esporte e Cidadania Prod 12, Mt 5 Et 2: Planejamento e realização de cerimônia.   | 91.096,06    |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 851           | 28/06/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj Esporte e Cidadania Prod 10, Mt 5 - Et 1: Realização do Festival Esportivo fase local de acordo com o planejamento aprovado nos 4 Centros Olímpicos.  | 135.056,12   |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 863           | 25/07/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj. Esporte e Cidadania. Prod 12 Mt 5 Et 2 Realização da cerimônia de encerramento do Festival Esportivo.  | 60.922,11    |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 892           | 30/07/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj. Esporte e Cidadania. Prod 11 Mt 5 Et 1 Realização do Festival Esportivo fase final nos quatro (4) Centros Olímpicos.   | 182.783,52   |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 893           | 31/07/2012 | D.A. Logística S/A        | Proj. Esporte e Cidadania. Prod 20 Mt 9 Et 2 Criação, impressão e distribuição de cartazes e panfletos.  | 17.675,30    |
| FAC         | 220.001.304/2011 | 01/2012  | 443970        | 28/08/2012 | S/A Correio Braziliense   | Meta 6, etapa 2, produto 17: Criação de 16 mil gibis sobre os benefícios da prática de   | 49.000,00    |
| IAV         | 220.000.999/2012 | 05/2012  | 3606          | 26/11/2012 | ARTCÓPIA                  | Material de divulgação da oficina - O Jogo da Vida   | 2.000,00     |
| IAV         | 220.000.999/2012 | 05/2012  | 424           | 27/11/2012 | Comercial de Bebidas Reis | Aluguel de cadeiras p/ cerimônia   | 2.000,00     |
| Total (R\$) |                  |          |               |            |                           |  | 2.737.282,71 |





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

19. As Notas Fiscais 562 (R\$96.468,18) e 569 (R\$ 218.286,97) estão relacionadas ao TERMO DE REFERÊNCIA - Produto 01/Meta02/Etapa 2.1 - Projeto: Centros Esportivos” (e-DOC 2FB92EAC, fls. 326/332) e ao “TERMO DE REFERÊNCIA - Produto 03/Meta02/Etapa 2.1 - Projeto: Esporte e Cidadania” (e-DOC 2FB92EAC, fls. 351/358), respectivamente.
20. Em ambos, a entidade subcontratada pela FAC registrou a ocorrência de terceirização de serviços e aquisições sem a devida comprovação documental. Ademais, diversos gastos não foram individualizados, como, por exemplo: aluguel de mobiliários, sonorização, filmagem, promotores e coffee break.
21. Como pontuado pelo Corpo Técnico, **“integram referidos gastos subitens relacionados a serviços prestados por pessoas físicas, a exemplo filmagem, serviço de sonorização e atividades realizadas por promotoras. Esses gastos, além de não estarem individualizados nas notas fiscais, não foram acompanhados de recibos assinados pelos profissionais contratados. Não se sabe ao menos o quantitativo de profissionais efetivamente contratados para auxiliar na realização do evento, tampouco o valor gasto com cada um”**.
22. De outro lado, o principal objeto do gasto - contratação de palestras – não se fez acompanhar por recibos assinados pelos respectivos palestrantes. Também, não há comprovação do recolhimento de tributos.
23. Não há como, portanto, comprovar a regularidade dos gastos relativos às Notas Fiscais 562 e 569.
24. As Notas Fiscais 563 (R\$ 422.857,92), 564 (R\$211.428,96) e 571 (R\$ 211.428,97) estão relacionadas ao “TERMO DE REFERÊNCIA Produtos 04 e 05 / Meta 03/ Etapa 3.1 - Projeto: Centros Esportivos”, fls. 242/250 e ao “TERMO DE REFERÊNCIA - Produto 05/Meta03/ Etapa 3.1 - Projeto: Centros Esportivos” (e-DOC 2FB92EAC, fls. 242/250 e 378/388).
25. Observa-se, diante da análise do Termo de Referência (fls. 242/250, e-DOC 2FB92EAC), que as despesas não estão individualizadas (NF563 e NF564). Como exemplo, estão itens relacionados a recursos humanos, recursos materiais (aquisição de bolas, redes, antenas, pranchas, toucas, bombas para bolas, calibradores e uniformes), brinquedos e lanches.
26. As aquisições de materiais esportivos e uniformes, também, apontam para a burla ao procedimento licitatório. Isso porque não se constata a adoção de procedimento similar ao estabelecido na Lei 8666/93, **tal como previsto no ajuste**. Além do mais, nos documentos não constam os valores individuais dos materiais adquiridos ou comprovação do recolhimento dos tributos relacionados.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

27. *A esse respeito, em igual sentido, concluiu o Corpo Técnico:*

*Para ilustrar, o Termo de Referência aponta para a aquisição de quantidade significativa de bolas, pranchas, toucas, além de 954 coletes, dentre outros. Essas supostas aquisições não estão vinculadas a nenhum procedimento licitatório, não se sabe os preços unitários, não há comprovação da entrega, tampouco da efetiva utilização e localização de cada um desses materiais. Não há qualquer documento fiscal que dê suporte às mencionadas aquisições (e-DOC 2FB92EAC, fl. 383).*

*Da mesma forma, com relação aos lanches, não se sabe o valor unitário e os respectivos quantitativos de subitens, tais como suco de caixinha, sanduíche, pipoca, cachorro-quente, refrigerante e algodão-doce. Não há qualquer documento fiscal que comprove as mencionadas aquisições e/ou os serviços que a elas estejam vinculados (e-DOC 2FB92EAC, fls. 383/384).*

*Com relação a recursos humanos e equipe técnica, o documento descreve serviços prestados por árbitros, auxiliares, mestre de cerimônias, DJ, atachês para desfile, promotores para auxílio na entrega de troféus e medalhas, staffs, brigadistas e serviço médico. No entanto, não se sabe o quantitativo nem os valores individuais dos gastos com pessoas físicas nos itens relacionados. Também não há documentos fiscais e recibos assinados que comprovem os serviços prestados, tampouco resta comprovado o recolhimento dos tributos devidos (e-DOC 2FB92EAC, fls. 382, 387).*

28. *Assim, os documentos apresentados pela FAC, novamente, não comprovam a regularidade dos gastos relativos às Notas Fiscais 563, 564 e 571.*

29. *As Notas Fiscais 767 (R\$135.056,12) e 851 (R\$135.056,12), que constam do Quadro 24 do Relatório Final de Auditoria, estão relacionadas com o “PLANEJAMENTO PRODUTO 10 META 5 ETAPA 1 Planejamento da Fase Local do Festival Esportivo”*

*(eDOC 2FB92EAC, fls. 38/59) e o documento que trata da entrega do “Produto 10 Meta 5 Etapa 1 contendo o Relatório da Fase Local do Festival Esportivo” (e-DOC 2FB92EAC, fls. 60/67).*

30. *Além da irregularidade decorrente da subcontratação da empresa “DA*

*Eventos”, fato já examinado em fase anterior, a análise da documentação encaminhada indica que a subcontratada terceirizou serviços e aquisições cujos quantitativos e adequação dos valores não se comprovam.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

31. Às fls. 60/67 do e-DOC 2FB92EAC – relativo à realização de Festival Esportivo dos Centros Olímpicos – verifica-se que as despesas não foram individualizadas na NF767 (R\$ 135.056,12), nem na NF851 (R\$ 135.056,12), a exemplo de itens relacionados a “Equipe Técnica e de Coordenação”, “Criação”, “Alimentação”, “Material Gráfico”, “Material Esportivo”, “Apoio Técnico”, “Coletes e Camisetas”, “Material Esportivo”, “Serviço de Lavagem de Coletes”, “Identidade Visual”, “Medalhas”, “Fotógrafo” e “Locação de Rádio”.
32. Como sublinhou o Corpo Técnico:

*(...) a despeito de ter havido o repasse de aproximadamente R\$ 270 mil à FAC para a realização de festivais esportivos, mas não é possível avaliar a conformidade dos gastos realizados.*

*(...)*

*Da mesma forma, como já constatado em exames anteriores, os documentos apontam para serviços que teriam sido subcontratados com pessoas físicas ou jurídicas, mas não tiveram seus custos individualizados e tampouco foram acompanhados, respectivamente, por recibos e notas fiscais correspondentes. A título de exemplo, os serviços de “contratação de equipe técnica especializada em eventos esportivos”, “serviços de lavagem de coletes”, “produção e distribuição de lanches”, “serviço de fotógrafo” e “serviço de locação de rádio”. Por fim, não há comprovação de recolhimento dos tributos, nos casos de serviços prestados por pessoa física (e-DOC 2FB92EAC, fls. 60/70)*

33. *Pelo exposto, não há, igualmente, como aferir a regularidade dos gastos referentes às notas fiscais 767 e 851.*

34. As Notas Fiscais 816 (R\$ 80.796,72) e 892 (R\$ 182.783,52) são relativas, respectivamente, ao “Proj Esporte e Cidadania Prod 11, Mt 5 Et 1. Planejamento do Festival

*Esportivo, fase final com toda estrutura do evento nos quatro Centros Esportivos” e ao evento “Esporte e Cidadania. Prod 11 Mt 5 Et 1 Realização do Festival Esportivo fase final nos quatro (4) Centros Olímpicos.”*

35. As notas perfazem o valor de R\$263.580,24, no entanto, a documentação encaminhada (Anexo VII e VIII, CDs 11, 12 e 13) somente traz imagens que sugerem a ocorrência de eventos e reuniões, bem como relatório das ações.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

36. *As imagens encaminhadas não conseguem aferir a regularidade das despesas. Isso porque, isoladamente, não comprovam a efetiva prestação dos serviços na forma ajustada e tampouco a compatibilidade dos preços com o mercado.*

37. *Consoante pontuado pela Instrução “não há a mínima possibilidade de individualização dos custos elencados no Relatório em exame, tampouco de certificar a efetividade dos quantitativos de bens e serviços adquiridos e prestados”. Isso porque “não há comprovação da adoção de procedimento similar ao estabelecido na Lei 8666/93 para a contratação de serviços e aquisição de bens. Não há comprovação de que os preços dos serviços e das aquisições são compatíveis com os valores de mercado. Ausentes cópias de contratos firmados com pessoas jurídicas subcontratadas, a exemplo dos serviços de atendimento médico, de locação, de transporte etc. Não há recibos relativos a serviços prestados por pessoas físicas tampouco comprovação de retenção de tributos”.*

38. *Por fim, a Nota Fiscal 443970 (R\$ 49.000,00) consta do Quadro 24 do*

*Relatório Final de Auditoria com a seguinte descrição “Meta 6, etapa 2, produto 17: Criação de 16 mil gibis sobre os benefícios da prática de exercícios físicos e esporte para a melhoria da qualidade de vida e sobre as diferenças”.*

39. *Entretanto, com os dados apresentados, só é possível calcular o custo unitário do gubi. Não há comprovação da realização de pesquisa de preços, nem de procedimento licitatório. Além disso os custos de produção e de impressão não estão individualizados, conforme se verá mais à frente.*  
**Memorial do Representante da FAC (eDOC EA6D47DE)**

***Direcionamento na escolha de fornecedores***

40. *Os argumentos da entidade se basearam no Decreto Federal 8726/2016, que regulamenta a Lei 13019/2014 (art. 36, caput, e §2º), e no Decreto Distrital 34.843/2016, que regulamenta a norma no âmbito distrital (art. 37).*

41. *Todavia, como bem lembrou o Corpo Técnico, os ajustes firmados à época entre a Secretaria de Esportes e a FAC encontravam-se regidos pela IN CGDF 01/2005. Portanto, a legislação mencionada em nada se aplica ao caso, notadamente porque, segundo disposto na Cláusula Segunda, item II, do Convênio firmado entre a SESP e a FAC, consta como obrigação, dentre outras, que, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução, adotar-se-ão procedimentos análogos aos estabelecidos pela Lei de Licitações.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

42. *Na espécie, vale registrar, a fiscalização demonstrou que a Fundação Assis Chateaubriand adotava a prática de contratar diretamente, sem procedimentos de seleção ou de pesquisa de preços, diversas empresas do Grupo Diários Associados, com o qual a entidade estaria vinculada.*

**Notas Fiscais Genéricas**

43. *A especificação dos gastos apresentada pela entidade (documentos de eDOC 2FB92EAC e Anexos VII e VIII, já examinados) não supre a falta de detalhamento das notas fiscais, idêntico ao analisado alhures.*

44. *Como exposto, os Relatórios e Termos de Referência apresentados referem-se a aquisições e serviços que não tiveram seus custos individualizados, bem como documentação comprobatória apresentada.*

45. *Ao contrário do que quis fazer crer o representante da FAC, os Relatórios e Termos de Referência apresentados, que teriam vínculos com as notas fiscais descritas no Quadro 24 do Relatório Final de Auditoria, referem-se a aquisições e serviços que não tiveram seus custos individualizados e tampouco documentos probantes.*

46. *Ainda, diferentes serviços foram terceirizados pelas entidades contratadas pela FAC (DA Logística e DA Eventos, por exemplo), no entanto, ausente qualquer tipo de comprovação.*

**Pagamento em duplicidade**

47. *A arguição da FAC de que o valor fora gasto com software para controle de frequência não consegue dissuadir o Ministério Público. Isso porque, como exposto no Parecer 687/2017 - DA:*

*“Apesar de não constar da descrição da nota fiscal 1401, a Fundação afirma, neste momento processual, que o gasto refere-se ao desenvolvimento de um software que permitiria o controle de matrículas, presenças e frequência de alunos (e-DOC 62320E66, peça 80, págs. 03/04). Observe-se que o desenvolvimento de software exige o registro explícito de tal descritivo no documento fiscal, inclusive pelo fato de incidência de alíquota diferenciada na tributação do ISS.*

*A FAC encaminhou cópia em CD do Software denominado Sistcentro, além do Manual Operacional do Processo de Cadastro de Alunos (Anexo V, fls. 36/83). No entanto, não há comprovação de que o software foi efetivamente recebido e implementado nos centros esportivos para cumprir o objetivo proposto. A FAC apenas juntou aos autos documento por ela mesma emitido, datado de janeiro de 2014, que registra a entrega do “Produto 13, Meta 7, Etapa1 (e-DOC 62320E66, peça 80, págs. 32/35), mas não comprova o recebimento e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*a efetiva implementação. Na prática, não há comprovação de que o gasto no valor de R\$143 mil foi aplicado na gestão dos centros esportivos. Verificou-se que os controles ainda são efetuados por meio de planilhas em excel, conforme demonstra-se a seguir.*

*Em resposta ao item “II.n” da Decisão 1810/2013, a SETUL/DF informou da adoção de “Procedimentos Operacionais das Secretarias dos Centros Olímpicos e Paralímpicos” (e-DOC D2FEAC8E, peça 85, pág. 135):*

*“Para que possamos garantir um controle fidedigno dos nossos alunos, realizamos monitoramento permanente com os Centros Olímpicos e Paralímpicos, por intermédio de relatórios semanais e mensais, previstos nos **“Procedimentos Operacionais das Secretarias dos Centros Olímpicos e Paralímpicos”** (documento anexo).*

*A Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, está em contato com a SEPLAG e Controladoria Geral do DF, com o objetivo de implantarmos sistemas de gerenciamento e de políticas públicas, controle e gestão do programa.” (grifou-se)*

*A íntegra do documento “Procedimentos Operacionais das Secretarias dos Centros Olímpicos e Paralímpicos” **demonstra o uso do excel** para os diversos tipos de controles efetuados nos centros esportivos (e-DOC D2FEAC8E, peça 85, págs 207, 208, 2012, 214, 215 e 216).*

*(...)*

*Ademais, as cotações informadas e encaminhadas pela FAC para fundamentar a vantagem da contratação do desenvolvimento do software possuem datas do exercício de 2013 (e-DOC 62320E66, pç 80, págs. 04, 84, 99, 107, 111, 113) não obstante a nota fiscal 1401 ter sido emitida em 30/04/2012 (PT16, pág. 185). Por outro lado, a cotação da DATASTORE, empresa contratada pela FAC, foi datada de 15/03/2012 (Anexo V, fls. 116).”*

***Superfaturamento no preço dos gibis***

48. *Ao contrário das afirmações do representante da FAC (e-DOC EA6D47DE, pág. 11), os argumentos relativos ao mencionado superfaturamento foram exaustivamente discutidos, tanto pelo Corpo Técnico, quanto pelo Ministério Público. A esse respeito, peço, novamente, licença para transcrever excertos do Parecer 687/2016 –DA:*

***O Plano de Trabalho da entidade FAC (Convênio n.º 02/2011) apresentou custos com criação, produção e distribuição de 9.000 (nove mil) gibis no montante de R\$ 260.293,70(PT 11, pág. 33).***





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*Em sede de prestação de contas, a FAC apresentou a Nota Fiscal n.º 570, em 27/12/11, no valor de R\$260.293,70, referente à criação, produção e distribuição de 9 mil gibis (PT16, págs. 150). O custo unitário do gibi, com 23 páginas, foi de R\$ 28,92.*

*No Convênio n.º 01/2012, a mesma entidade FAC apresentou a Nota Fiscal n.º 443970, em 28/08/12, no valor de R\$49.000,00, referente à criação de 16 mil gibis, o que representa o custo unitário de R\$3,06 (PT16, pág. 229). Portanto, segundo o Corpo Técnico, há uma diferença de 841% entre o preço cobrado nos Convênios 02/2011 e 01/2012, ambos celebrados com a FAC. Mesmo considerando o valor da elaboração e da distribuição que consta do Plano de Trabalho (R\$ 113.700,00), ainda evidencia-se uma diferença superior a 300% (PT11, págs. 114 e 133).*

*De acordo com o Corpo Técnico, não constam dos autos, seja de análise do Plano de Trabalho, seja da prestação de contas, qualquer ressalva por parte da SESP quanto aos valores cobrados pela conveniente.*

*O detalhamento da composição dos custos envolvidos nas etapas de produção apresentados pela FAC não são satisfatórios para comprovar que os valores praticados estavam em consonância com o mercado. O documento demonstra apenas um rateio do montante de R\$260.293,70 em diversas rubricas de custos.*

*Vale lembrar que, à época da fiscalização, a equipe da auditoria solicitou cotação de preços a empresa gráfica nos mesmos moldes descritos pela FAC no Plano de Trabalho. Em resposta, foi obtido orçamento no valor unitário de R\$1,05, portanto, significativamente inferior ao valor de R\$28,92 repassando pela entidade parceira da SETUL/DF (PT15, págs. 52/54):*

*“Confecção de 25.000 (vinte e cinco mil) gibis, incluindo todos os custos, criação dos personagens (quatro personagens principais), concepção do gibi, roteiro e redação, ilustração, diagramação/editoração eletrônica, revisão, fechamento de arquivo, impressão e entrega na Direção de quatro Centros Olímpicos situados no Distrito Federal.(...) O projeto passará por pedagogo e revisor”*

*A composição de custos apresentada pela FAC, o item “impressão”, no valor unitário de R\$1,06, perfaz valor total de R\$9.534,31 (e-DOC 62320E66, peça 80, pág. 30), tal qual evidenciou a Instrução. O valor unitário da referida rubrica, isoladamente, superou todos os*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*demais custos da empresa que apresentou orçamento à equipe da auditoria (e-DOC 62320E66, pç 80, pág. 53).*

*A título comparativo, a Equipe de Auditoria elaborou o seguinte quadro, que demonstra a ocorrência de superfaturamento:*

| Informações Gerais     | Gibi do Neymar | Gibi do Ronaldinho | Gibi do Pelezinho | Gibi do MPDFT | Gibi da RAXX | Auditoria | FAC (2011) | FAC (2012) |
|------------------------|----------------|--------------------|-------------------|---------------|--------------|-----------|------------|------------|
| Número de Páginas      | 68             | 68                 | 68                | 20            | 34           | 24        | 23         | 24         |
| Preço Unitário (R\$)   | 3,90           | 3,50               | 3,90              | 0,95          | 0,89         | 1,05      | 28,92      | 3,06       |
| Custo por página (R\$) | 0,06           | 0,05               | 0,06              | 0,05          | 0,03         | 0,04      | 1,26       | 0,13       |

*Por fim, cabe transcrever a conclusão da zelosa Equipe Técnica:*

*A Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta do Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, contratou referidos serviços nos anos de 2012 e 2014 pelos valores de R\$2.389,00 e R\$2.800,00, respectivamente, para uma revista de 12 páginas. Observe-se que, considerando-se a planilha de custos da FAC, no âmbito da SETUL/DF houve pagamento de R\$250.759,39 na fase de pré-impressão de uma revista de 24 páginas. Portanto, essa comparação também evidencia novo absurdo, ou seja, enquanto nos editais do Comprasnet observa-se um custo médio em torno de R\$233,33 por página, nos convênios da SETUL/DF o custo médio na fase de pré-impressão repassado pela FAC ficou em torno de R\$10.448,31 por página.*

49. A alegada complexidade apontada no memorial **não se sustenta**. A história desenvolvida na revista é sobremaneira singela, contendo apenas 15 páginas com enredo. Os traços do desenho são simplórios e em nada se parecem com gibis infantis que estão no mercado. A esse respeito, pertinente a conclusão do Corpo Técnico:

**“Os personagens principais têm uma caricatura tão comum que, após uma semana de leitura, dificilmente uma criança vai relembrar quem são os meninos Nilo, Juca, Rafa e Beto. Aliás, se manter o cabelo do Juca e do Rafa, com pequena variação da cor do rosto, certamente as crianças poderão confundí-los: parecem gêmeos. As roupas dos personagens são idênticas, só mudam as cores. Da mesma forma, não há variação nas meias dos quatro garotos e os tênis são de modelos idênticos, com alteração apenas da tonalidade de cor.**

(...)

**Das 15 páginas de história, os autores gastaram 5 páginas para tratarem de uma discussão acerca da impossibilidade de se jogar futebol em um campo de terra esburacado, mais 4 páginas para convencer os meninos a**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*visitarem os centros olímpicos e 6 páginas com brevíssimos relatos sobre as modalidades esportivas disponíveis (PT15, págs. 86/99).*

*A história é tão simplória que à época da Auditoria, a equipe de fiscalização criou enredo similar, com o objetivo principal de incentivar a prática de atividades esportivas, com identificação de personagens, roteiro, o conteúdo a ser elaborado em cada uma das 24 páginas, com especificação de mesma qualidade gráfica. O Projeto foi enviado para cotação de empresa gráfica especializada (KLIMT), a mesma que elaborou as revistas do Ministério Público referenciada nestes autos. A empresa atendeu prontamente a demanda e não demonstrou nem apresentou qualquer restrição condicionada a algum aspecto de complexidade no objeto proposto, e ainda concluiu que o projeto seria submetido a pedagogo e revisor (PT15, págs. 48/54).*

*Em resposta à cotação, a empresa KLIMT cobrou R\$1,05 (um real e cinco centavos) para produzir e distribuir nos centros olímpicos 25 mil unidades da revistinha, o que resultaria no total de R\$26.195,65. Observe-se que a FAC repassou aos cofres públicos o valor de R\$260.293,70 para produzir e distribuir os 9 mil gibis (PT15, pág. 53).*

*O Representante da FAC quer confundir a inteligência do principal ponto que se pode extrair dessa abordagem, ao apresentar os supostos custos de direitos autorais que seriam pagos a Maurício de Sousa Produções Ltda. para a criação de revistinhas específicas para os centros esportivos do Distrito Federal (e-DOC EA6D47DE págs. 11/12). Nem sequer foram apresentados aos autos cotação específica efetuada com a Maurício de Sousa Produções Ltda. para dar suporte aos argumentos*

50. Sobre o discorrido, veja-se a imagem abaixo:



Fon

51. Não é demais reiterar que, à época da fiscalização, a equipe da auditoria solicitou cotação de preços para empresa gráfica nos mesmos moldes descritos pela FAC no Plano de Trabalho.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

52. A equipe obteve orçamento no valor unitário de R\$1,05. Outro preço obtido pela Auditoria, que inclui todo o processo criativo, refere-se ao Contrato firmado entre a Administração Regional de Águas Claras com a empresa Middle Way Editorial Ltda. para a confecção de 250 mil unidades de uma revista em quadrinhos com 34 páginas, ao preço unitário de R\$0,89.

53. Ambos foram significativamente inferiores ao valor unitário (R\$28,92) repassado pelos cofres públicos à FAC no Convênio 02/2011 (9 mil gibis, PT15, pág. 84), e R\$3,06 contratados no Convênio 01/2012 (16 mil gibis”, PT15, págs. 52/54 e 103).

54. Comprovado, portanto, o superfaturamento, que deve ensejar a abertura de TCE.

**Superfaturamento no preço e impropriedades técnicas nos serviços de “Pesquisa de Satisfação”**

55. O tópico fora abordado em cota ministerial anterior e, também, pelo Corpo Técnico. Revelou-se a existência de superfaturamento dos preços praticados pela entidade.

56. As novas alegações formuladas pela FAC<sup>6</sup> - não esmaecem ou modificam os indicativos de que o valor repassado estava muito superior ao de mercado.

57. Os argumentos de que a empresa contratada cumpriu os critérios estabelecidos no Plano de Trabalho e de eventual incompatibilidade das cotações de preços apresentadas pelas empresas OMNI e OPINIÃO em nada modificam a conclusão do superfaturamento, vez que não se relacionam com o cumprimento do objeto pactuado.

58. Cumpre repisar os quadros comparativos trazidos pela equipe de Auditoria:

**Quadro 26: Parâmetros comparativos para “Pesquisa de Satisfação”**

| Item/Parâmetros              | TRT10 (2011) | CNMP (2011) | TRT17 (2013) | ANEEL (2013) | FAC (2012) | IAV(2013)  |
|------------------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|------------|
| Qtd Questionários            | 2.000        | 5.000       | 815          | 19.470       | 4900       | 2400       |
| Total Cobrado (R\$)          | 39.748,00    | 204.000,00  | 29.999,00    | 385.000,00   | 358.800,00 | 360.000,00 |
| Valor por Questionário (R\$) | 19,87        | 40,80       | 36,81        | 19,77        | 73,22      | 150,00     |

**Quadro 27: Estimativa de superfaturamento – Pesquisa de Satisfação**

| FAC (R\$) | Média (R\$) | Dif (%) | IAV (R\$) | Média (R\$) | Dif (%) |
|-----------|-------------|---------|-----------|-------------|---------|
| 73,22     | 29,31       | 149,79% | 150,00    | 29,31       | 411,70% |

<sup>6</sup> a) A empresa contratada pela FAC, a Datastore Mercadometria, Coleta e Processamento de Dados Ltda., cumpriu integralmente todos os critérios exigidos pela Secretaria de Esportes no Plano de Trabalho; b) As propostas apresentadas pelas demais empresas que cotaram preços, a Omni Marketing e a Opinião – Informação Estratégica, demonstraram-se incompatíveis com o Plano de Trabalho da Secretaria de Esportes; c) O valor da contratação se deu pelo melhor preço e não se pode condenar a metodologia adotada com base em evento passado; d) Deve ser considerada a complexidade do objeto previsto no Plano de Trabalho; e) A proposta da Datastore foi a escolhida por especialista, após a análise das demais cotações (Empresas Omni e Opinião).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

59. *Por conseguinte, inviável conceber a ilação de que fora contratado o melhor preço. Até porque, como demonstrado nos quadros constantes às fls. 707/710, em pesquisas de satisfação cujo nível de exigência era muito superior (maior abrangência, maior diversidade do público alvo e metodologia mais complexo), o preço continuou sendo muito menor do que o contratado pela FAC.*

60. *Dessa maneira, persistem os indicativos de dano ao erário, que deve ser objeto de apuração em sede de Tomada Contas Especial.*

61. *Assim, ao analisar especificamente as novas alegações da FAC, concorda o Ministério Público com a conclusão apontada pelo Corpo Técnico, no sentido de que deve o Tribunal considerar **insuficientes** as justificativas apresentadas pela Fundação Assis Chateaubriand.*

62. *De outro lado, compulsando os autos, é possível verificar que as peças apresentadas pelo Representante da FAC **não demonstram inovação em relação às anteriores** - objeto de análise detalhada no âmbito da Informação 07/2017\_DIAUD2 e no Parecer 687/2017 – DA.*

63. *Cada ato processual deve ser praticado no momento correto. O instituto da preclusão objetiva proporcionar o regular andamento – sequenciado e lógico - da marcha processual, de maneira a conduzir o processo a um fim, reduzindo a possibilidade de produzir-se o mesmo ato, repetidas vezes.*

64. *De acordo com Raquel Mariano da Rocha<sup>7</sup>, a preclusão permite um avançar constante em direção à solução da controvérsia, impedindo o retorno a fases processuais já ultrapassadas (ora determinando o momento para a prática dos atos processuais, ora preservando a lógica e coerência desses atos).*

65. *Desse modo, correta a sugestão do Corpo Técnico no sentido de que o Tribunal declare a preclusão consumativa da manifestação da aludida entidade nesta fase processual.*

66. *Por fim, vale ressaltar que outras irregularidades ventiladas no Parecer 687/2017 – DA, afora as observadas no Achado 8, ainda pendem de apreciação<sup>8</sup>, tais como, prazo exíguo para apresentação das propostas, ausência de critérios objetivos, ausência de análise acerca da*

---

<sup>7</sup> ROCHA, Raquel Heck Mariano da. A preclusão como instituto essencial à ordem jurídica. 2010. 18 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

<sup>8</sup> com exceção da conclusão a que chegou o e. Relator do feito, ao adverso do que havia apregoadado o Ministério Público, considerando suficientes as justificativas apresentadas pelo Instituto Amigos do Vôlei, entendendo que a irregularidade tratada no Achado 08 fora absorvida por recursos próprios da entidade, decorrentes da contrapartida (item IV da Decisão 5069/2018).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*compatibilidade de preços, ausência de exame dos currículos, projeto básico em desacordo com legislação etc.*

67. *Em razão desses fatos, fora sugerida a audiência dos gestores, além da instauração – em razão dos indícios de dano ao erário – de tomada de contas especiais específicas para cada entidade contratada pela jurisdição, com vistas a apurar desvios na execução contratual, quantificar os débitos e apurar responsabilidades de dirigentes e servidores da SESP e das entidades contratadas.*

68. *Diante de todo o exposto, entende este representante do Ministério Público que as sugestões trazidas pela zelosa equipe de auditoria (fls.713/714) podem ser acolhidas com exceção dos itens II e IV, que deverão ser substituídos pela seguinte redação:*

*“II - considerar insuficientes as justificativas apresentadas pela Fundação Assis Chateaubriand para elidir as irregularidades constantes do Relatório de Auditoria”*

*IV - determine ao controle Interno que instaure TCEs específicas para cada entidade, com vistas a apurar desvios na execução do convênio, quantificar os débitos e apurar responsabilidades de dirigentes e servidores da SESP e das entidades conveniadas, levando em consideração as irregularidades mencionadas nos achados de auditoria, no Parecer nº 294/2015 – DA, 687/2017 - DA e neste Parecer.*

69. *Além disso, ratificando os termos do Parecer 687/2017 – DA, também sugere o Ministério Público por que o Plenário:*

*- autorize a audiência dos seguintes responsáveis, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas seguintes irregularidades tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção:*

*1) Célio Rene Trindade Vieira:*

*a) pela assinatura dos Editais nº's 002/2011 (PT 12, página 4), 02//2011 – Retificação (PT 12, página 15), 06/2011 (PT 12, página 33), 07/2011 (PT 12, página 24), que estabeleceram prazos inexecutáveis (1, 6 e 7 dias úteis) para apresentação e elaboração dos planos de trabalho;*

*b) pela assinatura dos Editais nº's 21/2012 (PT 12, página 26) e 23/2012 (PT 12, página 84), que não explicitaram, de forma clara e objetiva, o grau de enquadramento das propostas ao objeto do Edital, nem o nível de adequação da metodologia ao desenvolvimento da proposta, e nem o método de definição da clareza e da adequação do cronograma físico para se atribuir as respectivas pontuações, violando os princípios da isonomia e impessoalidade;*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

- c) *pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 (PT 12, página 171); Convênio CTN 03/2011 (PT 12, página 192); Convênio IDECACE 02/2013 (PT 12, página 214,) e; Convênio LINS 01/2013, (PT 12, página 216) sem atentar para a inexistência da indispensável análise de compatibilidade dos preços e legalidade dos gastos, em afronta ao edital de chamamento e aos princípios informadores da Administração Pública;;*
- d) *pela assinatura do Convênio nº 03/2011 (PT 12, página 192) com entidade sem a experiência necessária para o desenvolvimento das atividades previstas para a realização do convênio com a SESP e com objetivo estatutário incompatível ao convênio;*
- e) *pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 (PT 12, página 171); Convênio CTN 03/2011 (PT 12, página 192); Convênio IDECACE 02/2013 (PT 12, página 214) e; Convênio LINS 01/2013 (PT 12, página 216); onde houve omissão quanto à implementação de critérios de análise dos Planos de Trabalho, bem como ausência de apreciação dos currículos enviados para comprovar a qualificação do Corpo Diretivo das entidades;*
- f) *pela aprovação de projetos básicos (PT 11, páginas 45/69 e PT 11, páginas 103/131) que previam textualmente despesas a título de gerência e administração, contrariando o art. 8º da IN nº 01/05 – CGDF e do Acórdão TCU nº 2055/2007- Plenário;*
- g) *pela assinatura dos ajustes com a FAC (nº02/2011, PT 12, página 171) e CTN (nº 03/2011, PT 12, página 192), que previam valores irreais para gastos com publicidade, sem demonstrar o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.*

**2) Júlio Cesar Ribeiro:**

- a) *pela assinatura do Edital nº 25/2012 (PT 12, página 159), que estabeleceu prazo de 1 (um) dia útil para apresentação e elaboração dos planos de trabalho;*
- b) *pela assinatura dos Editais nº's 245/2012 (PT 12, página 133) e 27/2012 (PT 12, página 152), que não explicitaram, de forma clara e objetiva, o grau de enquadramento das propostas ao objeto do Edital, nem o nível de adequação da metodologia ao desenvolvimento da proposta, e nem o método de definição da clareza e da adequação do cronograma físico para se atribuir as respectivas pontuações, violando os princípios da isonomia e impessoalidade;*
- c) *pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 - Prorrogação (PT 12, página 181); Convênio IAV 05/2012 (PT 12, página 193) e; Convênio LINS 06/2012 (PT 12, página 203), sem atentar para a inexistência da indispensável análise de compatibilidade dos preços e legalidade dos*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*gastos, em afronta ao edital de chamamento e aos princípios informadores da Administração Pública;*

*d) pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 - Prorrogação (PT 12, Página 181); Convênio IAV 05/2012 (PT 12, página 193) e; Convênio LINS 06/2012 (PT 12, página 203), onde houve omissão quanto à implementação de critérios de análise dos Planos de Trabalho, bem como ausência de apreciação dos currículos enviados para comprovar a qualificação do Corpo Diretivo das entidades;*

*e) pela formulação de projetos básicos (PT 11, páginas 45/69 e PT 11, páginas 103/131), que previam textualmente despesas a título de gerência e administração, contrariando o art. 8º da IN nº 01/05 – CGDF e do Acórdão TCU nº 2055/2007- Plenário;*

*3) Luiz Carlos Santana, Sidmeron Campos Silva e Sebastião da Costa Val, membros da Comissão que concluiu, quanto à documentação da CTN, estarem “presentes todos os documentos necessários e, todos em dia.” (PT 17, pág. 27);*

Posteriormente, por meio do Ofício nº 1556/2017 – 6ª PRODEP/MPDFT, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios solicitou cópia do Parecer nº 42/2019 – GPDA e da Matriz de Responsabilidade, o que foi deferido mediante Despacho Singular nº 172/2019-GC/PT.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

## **VOTO**

Tratam os autos de Auditoria Integrada nº 1.2007.13, realizada na então Secretaria de Esporte do DF (SESP), para verificar a regularidade e os resultados da gestão dos Centros Olímpicos do Distrito Federal, cuja operacionalização ocorre por meio de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

Foram apontados os seguintes indícios (achados de auditoria):

- prazo inexecutável para apresentação dos Planos de Trabalho (Achado 1);
- Editais de Chamamento Público com critérios subjetivos (Achado 02);
- ausência de análise técnico-financeira dos custos envolvidos no Plano de Trabalho (Achado 03);
- celebração de Convênio com entidade sem experiência e com objeto social incompatível para a gestão do Centro Olímpico (Achado 04);
- inobservância do critério previsto no Edital de Chamamento para avaliação do corpo gerencial das entidades (Achado 5);
- gastos desarrazoados com publicidade (Achado 06);
- controle inadequado de uniformes e materiais esportivos (Achado 07);
- irregularidades nas Prestações de Contas dos convênios (Achado 08);
- ausência de Metas e de sistema de monitoramento e avaliação do desempenho do Programa, com base nos indicadores propostos (Achado 9);
- não comprovação do quantitativo de alunos atendidos pelo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

- Programa Centros Olímpicos (Achado 10);
- condições inadequadas das instalações esportivas (Achado 11);
  - falhas na Segurança dos Centros Olímpicos (Achado 12);
  - falhas de acessibilidade às instalações (Achado 13).

Nesta fase, a unidade técnica, em atendimento à Decisão nº 5069/2018, examinou a documentação complementar juntada aos autos pela Fundação Assis Chateaubriand -FAC e, ao final, sugeriu ao Tribunal:

- I. *tomar conhecimento desta Informação e do Ofício 1556/2017 – 6ª PRODEP/MPDFT;*
- II. *considerar insuficientes as justificativas apresentadas pela Fundação Assis Chateaubriand para elidir as irregularidades tratadas no Achado 08 do Relatório de Auditoria, que trata de Irregularidades nas prestações de contas dos convênios firmados com a Secretaria de Estado de Esportes do Distrito Federal;*
- III. *autorizar a audiência, em autos próprios, dos responsáveis indicados na Tabela 02 do Relatório de Auditoria Integrada (e-DOC C1F28CE1), com fundamento no art. 248, IV, do Regimento Interno, para que apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades ali apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994;*
- IV. *determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, em vista do disposto no art. 1º, inciso II, do Decreto nº 37.096/2016, instaure Tomada de Contas Especial para identificação dos responsáveis e a quantificação do prejuízo decorrente das irregularidades na prestação de contas de convênios para gestão dos Centros Olímpicos, tratadas no Achado 8 do Relatório de Auditoria, que apontam notas fiscais genéricas sem detalhamento de gastos; pagamento em duplicidade de serviços; superfaturamento de preços de revistas em quadrinhos (gibis); superfaturamento de preços dos serviços de ‘pesquisas de satisfação’;*
- V. *declarar preclusão consumativa de manifestação pela Fundação Assis Chateaubriand nesta fase processual, em face dos atos processuais repetitivos, até que a Corte delibere quanto ao mérito desta Instrução;*
- VI. *autorizar:*
  - a) *o encaminhamento de cópias desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida aos titulares da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*Lazer do Distrito Federal, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, à 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP/MPDFT e ao representante da entidade Fundação Assis Chateaubriand – FAC;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os procedimentos pertinentes.*

O douto Ministério Público pugna pelo acolhimento das sugestões da unidade técnica, com exceção dos itens II e IV, para os quais sugere seja dada a seguinte redação:

*“II - considerar insuficientes as justificativas apresentadas pela Fundação Assis Chateaubriand para elidir as irregularidades constantes do Relatório de Auditoria”*

*IV - determine ao controle Interno que instaure TCEs específicas para cada entidade, com vistas a apurar desvios na execução do convênio, quantificar os débitos e apurar responsabilidades de dirigentes e servidores da SESP e das entidades conveniadas, levando em consideração as irregularidades mencionadas nos achados de auditoria, no Parecer nº 294/2015 – DA, 687/2017 - DA e neste Parecer.*

70. Além disso, ratificando os termos do Parecer 687/2017 – DA, também sugere o Ministério Público por que o Plenário:

*- autorize a audiência dos seguintes responsáveis, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas seguintes irregularidades tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção:*

*1) Célio Rene Trindade Vieira:*

*a) pela assinatura dos Editais nºs 002/2011 (PT 12, página 4), 02//2011 – Retificação (PT 12, página 15), 06/2011 (PT 12, página 33), 07/2011 (PT 12, página 24), que estabeleceram prazos inexecutáveis (1, 6 e 7 dias úteis) para apresentação e elaboração dos planos de trabalho;*

*b) pela assinatura dos Editais nºs 21/2012 (PT 12, página 26) e 23/2012 (PT 12, página 84), que não explicitaram, de forma clara e objetiva, o grau de enquadramento das propostas ao objeto do Edital, nem o nível de adequação da metodologia ao desenvolvimento da proposta, e nem o método de definição da clareza e da adequação do cronograma físico para se atribuir as respectivas pontuações, violando os princípios da isonomia e impessoalidade;*

*c) pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 (PT 12, página 171); Convênio CTN 03/2011 (PT 12, página 192); Convênio IDECACE 02/2013*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*(PT 12, página 214,) e; Convênio LINS 01/2013, (PT 12, página 216) sem atentar para a inexistência da indispensável análise de compatibilidade dos preços e legalidade dos gastos, em afronta ao edital de chamamento e aos princípios informadores da Administração Pública;;*

*d) pela assinatura do Convênio nº 03/2011 (PT 12, página 192) com entidade sem a experiência necessária para o desenvolvimento das atividades previstas para a realização do convênio com a SESP e com objetivo estatutário incompatível ao convênio;*

*e) pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 (PT 12, página 171); Convênio CTN 03/2011 (PT 12, página 192); Convênio IDECACE 02/2013 (PT 12, página 214) e; Convênio LINS 01/2013 (PT 12, página 216); onde houve omissão quanto à implementação de critérios de análise dos Planos de Trabalho, bem como ausência de apreciação dos currículos enviados para comprovar a qualificação do Corpo Diretivo das entidades;*

*f) pela aprovação de projetos básicos (PT 11, páginas 45/69 e PT 11, páginas 103/131) que previam textualmente despesas a título de gerência e administração, contrariando o art. 8º da IN nº 01/05 – CGDF e do Acórdão TCU nº 2055/2007- Plenário;*

*g) pela assinatura dos ajustes com a FAC (nº02/2011, PT 12, página 171) e CTN (nº 03/2011, PT 12, página 192), que previam valores irreais para gastos com publicidade, sem demonstrar o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.*

**2) Júlio Cesar Ribeiro:**

*a) pela assinatura do Edital nº 25/2012 (PT 12, página 159), que estabeleceu prazo de 1 (um) dia útil para apresentação e elaboração dos planos de trabalho;*

*b) pela assinatura dos Editais nº's 245/2012 (PT 12, página 133) e 27/2012 (PT 12, página 152), que não explicitaram, de forma clara e objetiva, o grau de enquadramento das propostas ao objeto do Edital, nem o nível de adequação da metodologia ao desenvolvimento da proposta, e nem o método de definição da clareza e da adequação do cronograma físico para se atribuir as respectivas pontuações, violando os princípios da isonomia e impessoalidade;*

*c) pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 - Prorrogação (PT 12, página 181); Convênio IAV 05/2012 (PT 12, página 193) e; Convênio LINS 06/2012 (PT 12, página 203), sem atentar para a inexistência da indispensável análise de compatibilidade dos preços e legalidade dos gastos, em afronta ao edital de chamamento e aos princípios informadores da Administração Pública;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

- d) pela assinatura do Convênio FAC 02/2011 - Prorrogação (PT 12, Página 181); Convênio IAV 05/2012 (PT 12, página 193) e; Convênio LINS 06/2012 (PT 12, página 203), onde houve omissão quanto à implementação de critérios de análise dos Planos de Trabalho, bem como ausência de apreciação dos currículos enviados para comprovar a qualificação do Corpo Diretivo das entidades;*
- e) pela formulação de projetos básicos (PT 11, páginas 45/69 e PT 11, páginas 103/131), que previam textualmente despesas a título de gerência e administração, contrariando o art. 8º da IN nº 01/05 – CGDF e do Acórdão TCU nº 2055/2007- Plenário;*
- 3) Luiz Carlos Santana, Sidmeron Campos Silva e Sebastião da Costa Val, membros da Comissão que concluiu, quanto à documentação da CTN, estarem “presentes todos os documentos necessários e, todos em dia.” (PT 17, pág. 27);*

Ao compulsar os autos, registro, desde logo, concordar com as sugestões do diligente corpo técnico, com os acréscimos trazidos pelo Ministério Público, inobstante minha fundamentação ser um pouco diferente.

Explico.

Registro, inicialmente, que, na fase anterior, nos termos da Decisão nº 5069/2018, ficou assentado que seria objeto de monitoramento pela Corte outras medidas já tomadas ou em fase de efetivação para fins de atendimento dos itens “II.a”, “II.d”, “II.e”, “II.f”, “II.g”, “II.h”, “II.i”, “II.k”, “II.l”, “II.m”, “II.n”, “III.a”, “III.b”, “III.c”, “III.d”, “III.e”, “III.f” e “IV” da Decisão 1904/2016.

Ainda, mediante o item IV da referida Decisão nº 5069/2018, o Tribunal entendeu que a devolução de recursos ao final do convênio pelo Instituto Amigos do Vôlei – IAV afastou os indícios de sobrepreço.

Acerca dos argumentos oferecidos pela FAC, na linha dos pareceres uniformes, penso que, até o momento, não se mostram suficientes para afastar os indícios motivadores da abertura de tomada de contas especial





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

por parte da autoridade administrativa competente. Afinal, a TCE é o instrumento jurídico adequado para, observado o devido processo legal para situações da espécie, apurar os fatos. Através da TCE, observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, além da possibilidade de juntada de novos documentos, eventualmente não apresentados.

Com efeito, ao examinar os documentos juntados pela FAC até o momento, o corpo técnico assim se manifestou quanto à impossibilidade de se atestar a integral correção dos gastos apresentados pela entidade:

*150. Dentre as irregularidades comuns, em todos os documentos apresentados, destacam-se: as descrições não permitem individualizar os custos de cada item, não há comprovação de que os bens adquiridos e os serviços prestados foram efetivamente realizados nos quantitativos e especificidades que constam dos documentos enviados, não há comprovação de que os preços praticados estão compatíveis com os valores de mercado, não há comprovação da realização de procedimento de escolha de fornecedores similar ao estabelecido na Lei 8666/93, não há contratos nem notas fiscais relativos a serviços subcontratados, não há recibo dos pagamentos realizados a pessoas físicas, não há comprovação da retenção de tributos.*

Além disso, o Ministério Público, corroborando o posicionamento do corpo técnico acerca de dúvidas quanto à regularidade dos preços na confecção de gibis, asseverou que:

- 71. A equipe obteve orçamento no valor unitário de R\$1,05. Outro preço obtido pela Auditoria, que inclui todo o processo criativo, refere-se ao Contrato firmado entre a Administração Regional de Águas Claras com a empresa Middle Way Editorial Ltda. para a confecção de 250 mil unidades de uma revista em quadrinhos com 34 páginas, ao preço unitário de R\$0,89.*
- 72. Ambos foram significativamente inferiores ao valor unitário (R\$28,92) repassado pelos cofres públicos à FAC no Convênio 02/2011 (9 mil gibis, PT15, pág. 84), e R\$3,06 contratados no Convênio 01/2012 (16 mil gibis”, PT15, págs. 52/54 e 103).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Indicativos semelhantes também foram observados nos serviços de “Pesquisa de Satisfação”. Tanto isso é verdade que, em outras pesquisas cujo nível de exigência era muito superior (maior abrangência, maior diversidade do público alvo e metodologia mais complexo), o preço continuou sendo consideravelmente menor do que o contratado pela FAC (fls. 707/710).

Desse modo, em suma, as justificativas apresentadas pela FAC, não foram suficientes para comprovar, ao menos nesta fase processual, a total regularidade dos gastos. Assim, restam para ser melhor examinados na seara adequada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, os indícios de impropriedades relacionadas aos seguintes itens: a) eventual direcionamento na escolha de fornecedores; b) notas fiscais genéricas (sem detalhamento de gastos); c) possível pagamento em duplicidade; d) preços dos gibis e dos serviços de “Pesquisa de Satisfação”.

Imperioso ressaltar, nessa linha de raciocínio, que, por ocasião da tomada de contas especial a ser instaurada pelo Controle Interno, a entidade terá toda a oportunidade de apresentar provas da regularidade da destinação dos recursos do convênio. Assim, poderá, por exemplo, suprir as deficiências na especificação dos gastos impugnados; ajustar a prestação de contas aos ditames da IN CGDF nº 01/2005; comprovar ter adotado procedimentos análogos aos estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução; e demonstrar a razoabilidade dos gastos com a criação, produção e distribuição de 9.000 (nove mil) gibis (PT 11, pág. 33), apresentando provas mais robustas da alegada complexidade desses serviços.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Na mesma linha, considerando os indicativos apontados no Achado 08 e a circunstância de não ter sido deflagrada apuração dos fatos na seara administrativa, entendo que a Corte, por força da norma cogente do art. 187, § 1º, RI/TCDF<sup>9</sup>, deve determinar à Controladoria-Geral do DF a abertura de tomadas de contas especiais específicas para cada convênio, exceto no caso do ajuste celebrado com o Instituto Amigos do Vôlei, nos termos do item IV da Decisão nº 5069/2018.

Além disso, devem ser chamados em audiência os responsáveis indicados na Tabela 02 do Relatório de Auditoria Integrada<sup>10</sup> (peça 34) e no § 70 do Parecer nº 42/2019-G3P (peça 155)

Ressalto, por oportuno, que, em face da conexão entre os indícios motivadores da audiência referida no parágrafo precedente e os fatos que serão apurados pela Controladoria-Geral do DF, as razões de justificativas deverão ser examinadas oportunamente, em conjunto com os resultados das tomadas de contas especiais. Tal procedimento deve ser adotado para se evitar a ocorrência de decisões contraditórias, privilegiando-se, assim, a economia processual.

---

<sup>9</sup> Art. 187. Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Distrito Federal na forma prevista no inciso VI do art. 6º da Lei Complementar nº 1/94, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, **a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.**

**§ 1º Não providenciado o disposto no caput, o Tribunal determinará a instauração de tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.**

<sup>10</sup> João Paulo Teixeira - Chefe da Unidade de Administração:

- Indícios de ação culposa na modalidade negligência ao liberar recursos para entidade conveniente, após a constatação de problemas na prestação de contas, infringindo o disposto na Instrução Normativa 01/2005, art. 19, §4. A não observância dos relatórios acerca da prestação de contas da entidade para a liberação de novos recursos.

José Landim Rosa, Subsecretário de Administração Geral (SUAG):

- Indícios de ação culposa na modalidade negligência ao liberar recursos para entidade conveniente, após a constatação de problemas na prestação de contas, infringindo o disposto na Instrução Normativa 01/2005, art. 19, §4. Ainda, omissão em adotar providências para fins de cobrança dos prejuízos apontados e apuração de responsabilidades, nos termos do art.29, §6 da supracitada norma.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Por fim, registro pequena divergência de cunho procedimental quanto à necessidade de se declarar a preclusão consumativa de manifestação pela Fundação Assis Chateaubriand nesta fase processual. Isso porque esta Corte, atenta aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da verdade material, pode eventualmente, dependendo das circunstâncias de cada caso concreto, entender ser necessário analisar documentos apresentados ainda que extemporaneamente.

Assim, acolhendo as sugestões da unidade técnica, com os acréscimos trazidos pelo Ministério Público e os ajustes que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento da Informação nº 32/2018 e do Ofício 1556/2017 – 6ª PRODEP/MPDFT;
- II. considere insuficientes as justificativas apresentadas pela Fundação Assis Chateaubriand **até o momento** para elidir os indícios de impropriedades constantes do Relatório de Auditoria;
- III. autorize a audiência, em autos próprios, dos responsáveis indicados na Tabela 02 do Relatório de Auditoria Integrada (e-DOC C1F28CE1) e no § 70 do Parecer nº 42/2019-G3P (peça 155), com fundamento no art. 248, IV, do Regimento Interno, para que apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa em face dos indícios de irregularidades ali apontados, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994;
- IV. tendo em vista não ter sido, até esta fase processual, satisfatoriamente comprovada a aplicação dos recursos distritais repassados a entidades privadas, determine à Controladoria-Geral



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

do Distrito Federal que instaure TCEs específicas para cada caso, exceto em relação ao ajuste celebrado com o Instituto Amigos do Vôlei, com vistas a apurar possíveis desvios na execução dos convênios, quantificar eventuais débitos e apurar responsabilidades, levando em consideração os indícios de impropriedades mencionados nos achados de auditoria, bem como nos Pareceres nºs 294/2015 – DA, 687/2017 - DA e 42/2019-G3P, observando-se a ampla defesa, o contraditório e a possibilidade de juntada de novos documentos;

V. autorize:

- a) o encaminhamento de cópias da Informação nº 32/2018, do Parecer nº 42/2019 – G3P, do Voto e da Decisão que vier a ser proferida aos titulares da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, à 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP/MPDFT, aos representantes das entidades conveniadas e aos responsáveis mencionados no item III;
- b) o retorno dos autos à unidade técnica para os procedimentos pertinentes.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2020.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**